



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 535
31/03/2017 a 06/04/2017¹**

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Coordenação: Prof. Dr. Eduardo Mei

Equipe de revisão: Rúbia Áisa Marcondes da Fonseca, Taynara Martins Batista.

Equipe de redação: Guilherme Rocha Fabro, Mateus Casellato Baioni, Rodolfo Queiroz Sverzut, Taynara Martins Batista e Taís Caroline de Oliveira.

¹Nos dias 3, 4, 5 e 6 de abril não houve notícias de política externa brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil comentou situação da Venezuela

No dia 30 de março, em nota, o governo brasileiro classificou como claro rompimento da ordem constitucional a sentença do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela que retirou as prerrogativas da Assembleia Nacional, além de suspender as imunidades dos parlamentares. A nota também pedia a ponderação aos atores relevantes do processo e reafirmava a importância do diálogo na restauração da normalidade institucional no país (O Estado de S. Paulo – Internacional – 31/03/2017).

Mercosul reuniu-se para discutir crise venezuelana

No dia 01 de abril, na Argentina, os representantes dos quatro países membros do Mercosul reuniram-se, em assembleia extraordinária, para discutir o aprofundamento da crise política da Venezuela, atualmente suspensa do bloco. Os delegados da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ponderaram sobre a necessidade de se aplicar ou não sanções mais duras à nação caribenha, incluindo a sua expulsão do bloco (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/04/2017; Folha de S. Paulo – Mundo – 01/04/2017).

Mercosul ativou cláusula democrática contra Venezuela

No dia 01 de abril, na Argentina, durante uma assembleia extraordinária do Mercosul, os ministros das Relações Exteriores dos quatro países-membros do bloco, a argentina Susana Malcorra, o brasileiro Aloysio Nunes, o paraguaio Eladio Loizaga e o uruguaio Rodolfo Nin Novoa, concordaram em ativar a cláusula democrática do bloco contra a Venezuela, por terem constatado uma ruptura da ordem democrática venezuelana. Segundo a chanceler argentina, a cláusula não implica na expulsão do Estado, mas sim em um acompanhamento da situação venezuelana e uma busca de soluções por meio do diálogo. Malcorra negou que o bloco venha a estabelecer um prazo de adaptação à Venezuela e ressaltou a importância da vigilância internacional no país. O ministro brasileiro avaliou a reunião como um avanço em mecanismos que podem resultar na expulsão do país vizinho, caso o mesmo não venha a cumprir os protocolos estabelecidos. Nunes afirmou que o recuo do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) em decidir esvaziar os poderes da Assembleia Nacional (NA), não muda a colocação do Mercosul. Ademais, o representante brasileiro afirmou que não espera que a Venezuela chegue a ser expulsa do bloco (O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/04/2017; Folha de S. Paulo – Mundo – 02/04/2017).

Mercosul solicitou mudanças à Venezuela

No dia 01 de abril, na Argentina, os ministros das Relações Exteriores dos quatro países-membros do Mercosul, dos quatro países-membros do bloco, a argentina Susana Malcorra, o brasileiro Aloysio Nunes, o paraguaio Eladio Loizaga e o uruguaio Rodolfo Nin Novoa, solicitariam ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, respeito ao cronograma eleitoral e que liberte os presos políticos. Ademais, os chanceleres



Observatório de Política Exterior do Brasil

consideraram dar início a um processo, em conjunto com as autoridades da Venezuela, que exija do país a preservação da democracia e a separação entre os poderes (O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/04/2017; Folha de S. Paulo – Mundo – 02/04/2017).